

LINHA DO TEMPO

Curso de Atualização e Capacitação sobre Formulação e Gestão de Políticas Públicas

Destaques de alguns fatos na:

História política, economia e sociedade no BRASIL e no MUNDO (em preto)

História do Socialismo (em vermelho)

História da política pública específica abordada pela aula em questão (em azul)¹

Módulo II – Políticas Públicas e Direitos Humanos

Aula 3 – Desenvolvimento Urbano

Século XV

1453 - Turcos otomanos conquistam Constantinopla, marcando o fim da Idade Média

1455 - Termina a Guerra dos Cem Anos e começa, na Inglaterra, a Guerra das Rosas

1455 - Impressão da bíblia de Gutenberg

1469 - Fernando de Aragão e Isabel de Castela se casam, começando o processo de unificação da Espanha

1492 - Árabes e judeus expulsos da Espanha. Cristóvão Colombo chega à América.

1494 - Portugal e Espanha assinam o Tratado de Tordesilhas

1500 - População mundial: 400 milhões (demografia)

1500 – Chegada dos portugueses às terras que futuramente se chamariam Brasil

¹ Ver ANEXO no final deste documento com o detalhamento de alguns fatos destacados ao longo da linha do tempo

Século XVI

1500	1530	1549	1572	1580	1600
------	------	------	------	------	------

POLÍTICA		<p><u>Brasil:</u> 1530 – estabelecimento das Capitânicas Hereditárias 1531 - Expedição Martim Afonso de Souza marca o início da colonização 1532 - Fundação de São Vicente, primeira vila brasileira 1536- Fundação do povoado de Santos 1548 – Capitania da Bahia transformada em Capitania da Coroa e capital da Colônia / - instalado o Governo Geral da Colônia</p>	<p><u>Brasil:</u> 1549 – Fundação da cidade de Salvador 1554 - Fundação de São Paulo 1565 – Fundação da cidade do Rio de Janeiro</p>	<p>1572 – divisão do Brasil em dois governos: um sediado na Bahia outros do Rio de Janeiro 1577 – reunificação do governo do Brasil com sede na Bahia</p>	<p>1580 – Unificação de Portugal e Espanha, formação da União Ibérica</p>
	ECONOMIA	<p>Início do povoamento e produção agrícola de cana-de-açúcar (Brasil)</p>	<p>O desenvolvimento da pecuária propicia o avanço para as áreas do interior (Brasil)</p>	<p>Lavoura da cana-de-açúcar e engenhos de açúcar: base da grande propriedade rural (Brasil)</p>	
	SOCIEDADE	<p>1513 - NICOLAU MAQUIAVEL escreve o “O Príncipe”</p>	<p>1534 - Fundação da ordem dos jesuítas (Brasil) - Início do conflito entre índios e portugueses</p>	<p>- Fundação dos colégios Jesuítas (Brasil) 1568 – início do tráfico regular de escravos negros para o nordeste do Brasil</p>	<p>Sociedade açucareira: sociedade patriarcal e rural no nordeste (Brasil)</p>

Século XVII

1600	1620	1650	1670	1690	1700
------	------	------	------	------	------

POLÍTICA	<p>1608 – nova divisão do Brasil em duas administrações: Norte e Sul</p> <p>1612 – reunificação administrativa do Brasil</p> <p>1618 - Guerra dos Trinta Anos começa na Europa</p>	<p>1648 - O Tratado de Westfália põe fim a Guerra dos Trinta Anos</p>		<p>1688 - Revolução Gloriosa irrompe na Inglaterra</p> <p>1689 - Bill of Rights (A primeira carta de direitos, foi formulada na Inglaterra do século XVII)</p>	
ECONOMIA			<p>1655 – adoção de medidas para o cultivo do cacao em terras baianas (Brasil)</p>		<p>1693 – descoberta das primeiras minas de ouro em Minas Gerais (Brasil)</p> <p>1695 – garantia da posse das minas de ouro aos seus descobridores (Brasil)</p> <p>1699 – criada a cobrança do “quinto” (imposto sobre o ouro) - (Brasil)</p>
SOCIEDADE	<p>1612 – invasão francesa no Maranhão (Brasil)</p> <p>1624 – invasão holandesa na Bahia (Brasil)</p>	<p>1645 – insurreição dos luso-brasileiros contra o domínio holandês (Brasil)</p> <p>1649 – derrota dos holandeses (Brasil)</p>	<p>1651 - THOMAS HOBBS escreve o “Leviatã”</p>		<p>1690 - JOHN LOCKE escreve “Dois Tratados sobre o Governo Civil”</p>

Século XVIII

1700	1730	1750	1770	1790	1800
------	------	------	------	------	------

POLÍTICA			<p>1750 – Assinatura do Tratado de Madri que revogou o Tratado de Tordesilhas</p> <p>1759 – extinção das Capitanias Hereditárias (Brasil)</p> <p>1763 – transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro (Brasil)</p>	<p>1775 - Começa a Guerra da Independência nos EUA</p> <p>1776 - É assinada a Declaração de Independência, nos EUA</p> <p>1787 - Constituição norte-americana é promulgada</p> <p>1789 - Revolução Francesa: fim da Idade Moderna e início da Contemporânea</p>	<p>1792 - Proclamação da República Francesa</p>
ECONOMIA	<p>1719 – criação das Casas de Fundição (Brasil)</p>	<p>1730 – criação do monopólio estatal sobre extração de diamantes (Brasil)</p>			
SOCIEDADE		<p>1748 - Montesquieu publica sua mais importante obra política «O Espírito das Leis».</p>	<p>1762 – ROUSSEAU lança “O Contrato Social</p>	<p>1776 - ADAM SMITH publica “A Riqueza das Nações”</p> <p>1789 – Inconfidência Mineira (Brasil)</p> <p>1781 - KANT publica “Crítica da Razão Pura”</p>	

Século XIX

1800	1820	1830	1860	1880	1900
------	------	------	------	------	------

	1800	1820	1830	1860	1880	1900
POLÍTICA	<p>1808 - Corte portuguesa chega ao Brasil fugindo de Napoleão; abertura dos portos brasileiros – cria-se a primeira forma de organização sanitária no Brasil.</p> <p>1815 – Brasil elevado a Reino Unido de Portugal e Algarve</p>	<p>1821 – Retorno da Corte portuguesa a Portugal</p> <p>1822 - Independência do Brasil</p> <p>1823 - EUA declaram a Doutrina Monroe</p> <p>1824 - Promulgada a 1ª Constituição brasileira</p>	<p>1831 – D.Pedro I abdica do trono do Brasil</p> <p>1840 - Golpe da Maioridade - D. Pedro II assume o trono, com apenas 14 anos (Brasil)</p> <p>1849 – São criadas a Comissão Central de Saúde Pública e a Comissão de Engenheiros e Junta de Higiene Pública</p>	<p>1870 - Lançamento do Manifesto Republicano – fundação do Partido Republicano</p> <p>1864 – Fundação da I Internacional, com a participação de Marx e Engels.</p>	<p>1886-Nova reforma sanitária é realizada visando dar maior autonomia às repartições de saúde.</p> <p>1888 - Abolição da escravidão legal no Brasil</p> <p>1889 - Proclamação da República (Brasil)</p> <p>1889 - Criada em Paris a II Internacional (ou Internacional Socialista).</p> <p>1891 - Promulgada a 2ª Constituição do Brasil, que reafirma a autonomia dos Estados para prestarem serviços de saúde, incluindo a vigilância sanitária</p> <p>1894 - Eleito Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil</p>	
ECONOMIA	<p>1808 – Fundação do Banco do Brasil - assinatura de alvará permitindo a instalação de indústrias no Brasil</p>	<p>Exportação de café em escala considerável (Brasil)</p>				<p>1882- Brasil torna-se grande exportador de borracha</p> <p>1896- valorização do café (figura do barão do café com amplos poderes sobre a terra, as pessoas e a política) - (Brasil)</p> <p>1899 – desvalorização da moeda em favor da economia cafeeira (Brasil)</p>
SOCIEDADE	<p>Período colonial – até a vinda da corte portuguesa para o Brasil (1808), não há políticas de investimento na melhoria das condições de vida do brasileiro.</p> <p>1817 - RICARDO escreve “Princípios de Economia Política e Tributação”</p> <p>1817 – Revolução Pernambucana (Brasil)</p>	<p>1820 – Revolução Liberal do Porto (Brasil)</p> <p>1824 – Confederação do Equador (Brasil)</p> <p>1825-28 – Guerra da Cisplatina (Brasil)</p>	<p>1832-1835: A Cabanada</p> <p>1835-1840: Cabanagem</p> <p>1835-1845: Rev. Farroupilha</p> <p>1837-1838: Sabinada</p> <p>1838-1841: Balaiada</p> <p>1848-1849 – Insurreição Praieira</p> <p>1848 - Marx e Engels publicam “O Manifesto Comunista”</p> <p>1848 - STUART MILL escreve “Princípios de Economia Política”</p>	<p>1865-1870 - Guerra do Paraguai</p> <p>1867 - Karl Marx publica “O Capital”</p> <p>1872 - Primeiro recenseamento no Brasil</p> <p>Crescimento da população urbana das classes médias e operária (Brasil)</p>	<p>1893-1895 - Revolta Federalista no Rio Grande do Sul (Brasil)</p> <p>1893-1897 – Revolta de Canudos (Brasil)</p> <p>1899 – fluxo imigratório: 3 milhões de imigrantes entram no Brasil</p>	

Século XX (primeira metade 1900-1960)

	1900	1930	1950	1960
POLÍTICA	<p>1903-1909: ações de grande importância foram tornadas públicas, como a notificação compulsória das doenças infectocontagiosas, a fiscalização sanitária em habitações e fábricas, o controle sanitário sobre os alimentos, a instituição da vacina e a fiscalização sobre o exercício da medicina e da farmácia.</p> <p>1914 - Começa, na Europa, a Primeira Guerra Mundial</p> <p>1917 - Começa a Revolução Russa</p> <p>1918 – é fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil</p> <p>1919 – é criado o Departamento Nacional de Saúde</p> <p>1919 - Fundação das Ligas das Nações</p> <p>1919 - Primeiro congresso da III Internacional, em Moscou.</p> <p>1922 – Fundação da União Soviética – URSS</p> <p>1924 – Morte de Lênin, início da ascensão de Stalin ao poder, Trotsky organiza a Oposição de Esquerda.</p> <p>1928 - Stálin assume o poder na União Soviética</p>	<p>Revolução de 1930 marca o início da Era Vargas (Brasil)</p> <p>1932 – Mulher adquire o direito de voto (Brasil)</p> <p>1934- Promulgada a 3ª. Constituição do Brasil</p> <p>1937 - Instalação do Estado Novo (Brasil)</p> <p>1937 – 4ª Constituição Bras. Outorgada por Getúlio Vargas</p> <p>1938 - Fundação da IV Internacional</p> <p>1939-45 - Segunda Guerra Mundial</p> <p>1942 - Brasil entra na Segunda Guerra</p> <p>1946 - Posse do Gen.Dutra, eleito em 1945, após a renúncia de Vargas (Brasil)</p> <p>1946 – Promulgação da 5ª Constituição Brasileira</p> <p>1946 – Criada a Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação</p> <p>1949: Triunfo da revolução chinesa</p>	<p>1950 - Vargas é eleito presidente (Brasil)</p> <p>1950 – a política de saúde sofre grandes modificações (novas orientações p/ o setor)</p> <p>1953 – é feita a edição do Primeiro Plano Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água</p> <p>1954 - Vargas comete suicídio (Brasil)</p> <p>1955 - Começa a Guerra do Vietnã</p> <p>1955 - Juscelino Kubitschek eleito presidente (Brasil)</p> <p>1959 - Castro lidera a Revolução Cubana</p>	
ECONOMIA	<p>1905 – política de valorização do café (Brasil)</p> <p>1913 - Ford desenvolve a linha de produção nas suas fábricas</p> <p>1929 - Quebra da Bolsa de Nova York</p>	<p>1940 – Instituição do salário mínimo (Brasil)</p> <p>1941 – Fundação da Cia Siderúrgica Nacional (Brasil)</p> <p>1944 – Conf de Bretton Woods institui o padrão dólar-ouro como base do sist. Monetário internacional</p>	<p>Abertura de empresas multinacionais (Brasil)</p> <p>1953 – Fundação da Petrobrás (Brasil)</p>	
SOCIEDADE	<p>1900 - População mundial: 1.550.000</p> <p>1910 – boom da borracha provoca migração (Brasil)</p> <p>1906- Fundação da COB, Central Operária Brasileira</p> <p>1910 – A Revolta da Chibata (Brasil)</p> <p>1912-1916 – Guerra do Contestado (Brasil)</p> <p>1917-1919 – Greves Operárias (Brasil)</p> <p>1922 – Revolta dos Dezoito do Forte (Brasil)</p> <p>1922 – Fundação do PCB (Brasil)</p>	<p>1932 – Rev. Constitucionalista em São Paulo (Brasil)</p> <p>1933 - eleitos 20 dep. socialistas à As. Nac. Constituinte pelos partidos socialistas estaduais (Brasil)</p> <p>1935 – Intentona Comunista (Brasil)</p> <p>1938 – Levante Integralista (Brasil)</p> <p>1940 – o crescimento industrial desenha um novo contexto urbano</p> <p>1943 – Cons. das Leis do Trabalho – CLT (Brasil)</p> <p>1945 – Nasce a Esquerda Democrática, União Democrática Socialista e o Partido da Esquerda Democrática (Brasil)</p> <p>1947 – Nasce o PSB na II Convenção do Partido da Esquerda Democrática (Brasil)</p>	<p>1955 – Fundação das Ligas Camponesas (Brasil)</p>	

Século XX (segunda metade 1960-1990)

1960

1964

1984

1990

POLÍTICA	<p><u>Brasil:</u> 1960 - Kubitschek inaugura Brasília 1961 - Jânio Quadros renuncia à presidência 1960 - Inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil 1961 – (Jan.) Jânio Quadros assume a Pres da República (Ago.) renuncia, assumindo o vice João Goulart</p>	<p><u>Brasil:</u> 1964 - João Goulart é deposto do poder pelos militares – (Golpe militar). 1965 - O Partido Socialista Brasileiro foi extinto pela ditadura militar 1965 - Abolido o pluripartidarismo e instituído o bipartidarismo: Arena e MDB 1965 – durante a ditadura militar (até 1985), em nível partidário, os socialistas atuaram dentro do MDB 1967 - Aprovada pelo Congresso a 6.^a Constituição Brasileira e Fechamento do Congresso: decretado o AI-5 1978 – Fim do AI-5 1975 – 1983: ampliação dos investimentos em saneamento com grande participação de recursos do Banco Mundial para projetos urbanos.</p>	<p>1985 - Tancredo Neves é eleito pelo colégio eleitoral. José Sarney, o vice, assume interinamente – (Morte de Tancredo)-(Brasil) 1985 – Reorganização do PSB através de manifesto encabeçado por antigos fundadores da Esquerda Democrática 1989 - Queda do muro de Berlim 1991 - Fim da União Soviética 1986 - Eleição para a Assembléia Nacional Constituinte - encarregada de estabelecer a nova Constituição para o Brasil 1988 - Promulgada a Constituição de 1988 1988 - cria-se o Min. da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES) 1989 – 1.^a eleição direta para Presidente da Republica, depois do Golpe Militar de 64. Eleito Fernando Collor de Mello</p>
ECONOMIA	<p>Abertura de empresas multinacionais (Brasil)</p>	<p>1968 – Crescimento da dívida externa brasileira</p>	<p>- Plano cruzado (Brasil) - Plano Collor (Brasil)</p>
SOCIEDADE	<p>1962 – Formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT (Brasil) 1966 – Revolução cultural na China</p>	<p>1968 – Greves dos metalúrgicos de MG e SP (Brasil) 1968 – Primavera de Praga 1968 – Protestos dos estudantes em Paris 1983 - Internet é criada 1978 – Reinício do movimento grevista a partir do ABC paulista (Brasil) 1983 – Fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT (Brasil) 1984 – Campanha das “Diretas Já” (Brasil)</p>	<p>1986 – O BNH é extinto</p>

Século XX (Década de 90)

1990

2000

POLÍTICA	<p><u>Brasil:</u></p> <p>1992 - Fernando Collor sofre o processo de impedimento (<i>impeachment</i>), assumindo seu vice, Itamar Franco</p> <p>1992 – ocorre a dispersão dos organismos que fomentam o PLANASA causando o seu declínio, sem que suas metas tenham sido atingidas.</p> <p>1992 - São criados o PRONURB e o PROSANEAR programas que contam com recursos do FGTS e do Banco Mundial</p> <p>1994/5 – Eleição e posse na Presidência Fernando Henrique Cardoso</p> <p>1994 - aprovado no Congresso Nacional o PLC 199, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento e seus instrumentos - vetado pelo Presidente FHC sob a justificativa de que este era contrário aos interesses públicos, sendo proposta em seu lugar a implantação do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento</p> <p>1995 – é extinto o Min. do Bem-Estar Social criada a Sec. de Política Urbana</p> <p>1997 - são suspensos empréstimos de recursos do FGTS e do Pró-Saneamento</p> <p>1998 – Reeleição de Fernando Henrique Cardoso</p> <p>1999 – é firmado acordo com o FMI, no qual o governo brasileiro compromete-se a acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização e concessão dos serviços de água e esgoto, limitando o acesso dos municípios aos recursos oficiais.</p>
ECONOMIA	<p>- Plano Real (Brasil)</p>
SOCIEDADE	<p>Década de 90 – é tempo de lutas cívicas pela cidadania (pluriclassista com apoio e participação da classe média),</p>

Século XXI

2000 2005 2007 ...

--	--	--	--

POLÍTICA	<p>2001 – é promulgado o Estatuto da Cidade</p> <p>2003 - Assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil)</p> <p>2003 – Cria-se o Ministério das Cidades</p> <p>2004 – A Secretaria Nacional de Habitação apresenta a proposta da Política Nacional de Habitação</p>	<p>2006 - Reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil)</p>	<p>2007 – é aprovado pelo Congresso o PL 7361 de 2006, promulgado na forma da Lei 11.445 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.</p>
ECONOMIA			
SOCIEDADE			

ANEXO

Detalhamento de alguns fatos destacados ao longo da linha do tempo

- **Pré-descobrimento** – povos indígenas com hábitos salubres, como os banhos diários, utilização de água pura, uso de ervas medicinais, definição de locais específicos para a realização das necessidades fisiológicas e disposição de coisas sem serventia.
- **Período colonial** – até a vinda da corte portuguesa para o Brasil (1808), não há políticas de investimento na melhoria das condições de vida do brasileiro. Com a descoberta do ouro, a grande imigração estrangeira provoca o aumento da densidade populacional criando demanda por ações coletivas, principalmente no que diz respeito ao suprimento de água e destinação de esgoto. E assim, a escolha feita, como de costume, é a de privilegiar os centros mais dinâmicos da economia nacional, tendo acesso às melhorias uma reduzida parcela da população. Tais melhorias, representadas pela construção de chafarizes e de trabalho escravo para a coleta de dejetos, logo se tornam insuficientes, não conseguindo conter a crescente insalubridade nas cidades brasileiras, transformadas em freqüentes espaços de epidemias. Inicia-se maior reflexão sobre a salubridade ambiental, o planejamento sanitário começa a fazer parte da agenda e da preocupação dos que pensam na “coisa pública”.
- **Império** – com a consolidação do iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (1789), a partir da do século XVIII, grande destaque é dado a temas como saúde pública, duração de vida, exclusão social, aritmética, política e demografia. Os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade promoveram um processo de revisão dos direitos humanos, revisão do próprio conceito de cidadania. Não podemos negar que a sociedade começa a se abrir para estes “novos” membros concidadãos. O campo da cidadania se amplia. E se amplia a população brasileira, que triplica durante o Império. Esse crescente aumento da população contribui para o aparecimento de novas vilas e cidades e provoca um adensamento populacional e conseqüentes demandas em nível de infra-estrutura sanitária. No entanto como o controle da população brasileira se dá por meio do fisco e da punição, é gerada uma cultura da desconfiança e medo do poder público – a descrença de sua função de justiça. Daí decorre uma forma de relação com a coisa pública muito visível até hoje: o espaço e o ente público não se relacionam com o cidadão, mas sim com o poder público, este, visto como uma ameaça à vida do cidadão. A evolução tecnológica e a industrialização nos países capitalistas, principalmente Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, possibilitam a execução em larga escala de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, favorecidos pela produção de tubos de ferro fundido e pelo aperfeiçoamento de técnicas construtivas. Os problemas de saúde são tomados como prioritários nos países capitalistas, passando a iniciativa privada a atuar em parcerias com cooperativas para a realização de programas sociais, o que promove o aumento da expectativa de vida, das taxas de natalidade e o declínio das taxas de mortalidade.
- **1808 – Chegada de Dom João VI, que cria a primeira forma de organização sanitária no Brasil.** A abertura dos portos às Nações amigas também gerou demanda por melhorias na higiene dos portos, o que mobilizou a centralização destes serviços pelo governo, a fim de garantir as relações comerciais. Mais uma vez, a escolha é feita por interesse do capital e não do humano. Começa a ser feito em algumas cidades obras de drenagem e aterros, sendo imposto aos moradores cuidados em relação à sua saúde.
- **1849 – São criadas a Comissão Central de Saúde Pública e a Comissão de Engenheiros e Junta de Higiene Pública** que procedem à reforma dos serviços sanitários, divididos em terrestres e marítimos. Contudo, a maior parte das ações restringe-se a cidade do Rio de Janeiro.
- **1854 – Comprova-se cientificamente por Snow a associação entre a fonte de água consumida pela população de Londres e a incidência de cólera.** Tal descoberta provoca a transição do meio científico brasileiro entre a Teoria dos Miasmas e a Teoria Contagiosa, mostrando-se certa resistência por parte dos estudiosos

em aceitar a nova teoria Há o desdobramento da concepção originalmente primária da teoria miasmática na compreensão acerca da atuação das forças do mundo natural no mundo social. Desde então os corpos das pessoas pobres e as habitações precárias passaram a constituir o foco de formação dos chamados miasmas. As intervenções a serem implementadas para “sanear” as cidades estavam direcionadas, portanto, a determinadas parcelas do território, afetando diretamente as pessoas tidas como os agentes transmissores do problema. A idéia de sanear era bastante próxima da ação de segregar, separar. Iniciava-se o processo de segregação espacial e de espoliação urbana e social, em que as comunidades mais afetadas sofriam as conseqüências de decisões tomadas sob a égide centralizadora e tecnocrática do saber tecnicista assumido pelas elites.

- **1886 – Nova reforma sanitária é realizada visando dar maior autonomia às repartições de saúde.**
- **1891 – A nova Constituição Brasileira reafirma a autonomia dos Estados para prestarem serviços de saúde, incluindo a vigilância sanitária.** Determina como competência do poder local solucionar problemas de caráter local, como os de saúde e saneamento. O Governo Federal se responsabiliza por questões sanitárias da capital e também assessora tecnicamente, contribuindo com recursos financeiros para os Estados. As doenças de veiculação hídricas passaram a ser atacadas com a implantação de sistemas de tratamento de água, constituído por etapas de filtração seguida de cloração, inicialmente nos Estados Unidos e estendendo-se a outros países posteriormente. Saturnino de Brito é figura fundamental para a formação da engenharia sanitária nacional, tendo participação notável em vários planos de saneamento urbano em várias cidades brasileiras.
- **1903-1909 – ações de grande importância foram tornadas públicas, como a notificação compulsória das doenças infectocontagiosas, a fiscalização sanitária em habitações e fábricas, o controle sanitário sobre os alimentos, a instituição da vacina e a fiscalização sobre o exercício da medicina e da farmácia.** É a época de Oswaldo Cruz e suas campanhas sanitárias que excluíam as massas populares de qualquer benefício, mas também as persegue e despeja de suas casas, consideradas “antro de imundície, perversão e anarquismo”, usando métodos impopulares, recorrendo à repressão policial e até mesmo à violência. Como conseqüência há uma explosão de tumultos e revoltas por parte da população, destacando-se a revolta da Vacina, em 1904. O Estado começa a assumir os serviços de saneamento como atribuição do poder público e por estar ainda incipientemente organizado concede os serviços à iniciativa privada, e especial a empresas de capital inglês. Elas atuam prioritariamente onde estão as elites sociais e tiveram vida curta (com exceção da City do Rio de Janeiro que atuou até 1947 e a City de Santos que atuou até 1953) devido a insatisfação da população. O Estado passa então a assumir a gestão dos serviços, criando na administração direta municipal, estadual ou federal, diretorias, repartições ou inspetorias.
- **1914 – reformulação da DGSP – Diretoria Geral de Saúde Pública,** buscando adapta-la aos avanços no campo científico e institucional, mudando o objeto das ações sanitárias, que passaram a ser as “populações dos estados” e não os governos estaduais.
- **1916 - é lastimável o quadro em que se encontrava a população do interior brasileiro, caracterizando o Brasil como um imenso hospital,** onde a doença era onipresente em função da ausência do poder público na realização de políticas sociais no território brasileiro;
- **1918 – é fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil,** reunindo indivíduos, instituições e órgãos públicos em torno de um consenso geral a cerca da sociabilidade das doenças, ou seja, as epidemias não fazem distinção entre pobres e ricos. A imprensa dá legitimidade ao movimento, divulgando a experiência positiva no campo da saúde pública com a implantação dos postos de profilaxia rural no Distrito Federal. Os interesses da Liga voltam-se para o saneamento dos sertões, defendendo a integração da população rural à economia nacional. Acredita-se que é possível recuperar o Brasil, promovendo-se ações integradas de saúde e saneamento fundamentadas na ciência da higiene exercidas pelo poder público. Monteiro Lobato é um importante contribuidor do movimento através da divulgação do problema enfrentado pela população rural a partir da criação do personagem Jeca Tatu. A doença é apresentada como o maior entrave ao desenvolvimento econômico.

- **1919 – é criado o Departamento Nacional de Saúde Pública** que inaugura uma nova fase no desenvolvimento de políticas sanitárias.
- **1930 – Início do Governo Vargas** que promovem grandes reformas política e administrativa. É criada em alguns Estados, uma nova estrutura administrativa para os serviços de saneamento, constituindo os departamentos estadual e federal sob a forma de administração centralizada. Esses departamentos assumem a implantação de sistemas de saneamento e repassam aos municípios para serem administrados. Com municípios fragilizados muitos recursos investidos se perderam e sistemas foram sucateados rapidamente.
- **1940 – o crescimento industrial desenha um novo contexto urbano**, tornando urgentes os investimentos em saneamento. Os serviços de saneamento geridos pela administração direta são ineficazes, sendo vulneráveis a influências clientelísticas e fisiológicas. A solução encontrada é a criação de uma estrutura de serviços com autonomia administrativa e financeira – as autarquias municipais. Assim são criados os SAAEs, sob a responsabilidade do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), na forma de autarquias municipais, diretamente controladas pelos municípios.
- **1946 – Criada a Fundação da Casa Popular**, primeira política nacional de habitação, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas, o que comprometeu o seu desempenho no atendimento da demanda, que ficou restrito a alguns Estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades.
- **1950 – a política de saúde sofre grandes modificações**, havendo uma mudança no rumo das orientações para o setor que passa a privilegiar crescentemente o modelo assistencialista e o caráter emergencial das ações, estas voltadas para o uso de quimioterápicos e biocidas, além da hegemonia do modelo assistencial voltado para a terapia.
- **1953 – é feita a edição do Primeiro Plano Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água.** No país ocorrem grandes movimentos e discussões sobre política econômica. É época de fortalecimento de empresas estatais e do movimento nacional desenvolvimentista que rejeita a abertura da economia ao capital estrangeiro. Destacam-se vários movimentos sociais, entre eles: Movimento de Moradores (entre 1954 a 1964) que luta pela melhoria da infra-estrutura urbana para os bairros que surgem, nas grandes capitais, devido à grande migração. O movimento pela casa própria que ocorre também em várias capitais por parte da população que não tinha condições nem mesmo de adquirir um terreno para realizar a autoconstrução de sua moradia.
- **1964 – instala-se, por um golpe militar, o regime autoritário.** O governo militar passa a estabelecer políticas públicas setoriais centralizadoras como veículo de um rápido crescimento econômico e por conseqüência um acelerado processo de crescimento urbano. No saneamento leva adiante o modelo, que já estava sendo debatido na sociedade, de gestão centralizada que busca recuperar o controle do setor. São criadas as CESBs (Companhias Estaduais de Saneamento Básico) marginalizando, mais uma vez, os municípios do processo de aplicação dos recursos para saneamento, obrigando-os a concederem os serviços às novas Companhias Estaduais. É a hegemonia do poder central sobre o local.
É criado o BNH – Banco Nacional de Habitação que instituiu um sistema de financiamento que a captação de recursos específicos e subsidiados – o FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional; criou e operacionalizou uma série de programas que estabeleceram, a nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada pelos órgãos executivos; criou uma agenda de distribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente; criou uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central.

- **1967 – promulgação da nova Constituição** definindo que o estado deveria apoiar as atividades realizadas pela iniciativa privada, sendo sua atuação apenas complementar aos serviços prestados pela iniciativa privada (principalmente para a saúde). Com isso, o INPS firmou convênios com aproximadamente 80% dos hospitais instalados no país.
- **1968 – 1973 – período do milagre econômico.** As massas populares em geral sofreram violento arrocho salarial embora houvesse emprego e mantinham o sonho da casa própria, com a compra do lote nas periferias longínquas e o uso da autoconstrução familiar. As reivindicações explodem nos anos 70 quando descobrem que seus lotes são clandestinos, não conseguem sobreviver nas casas duramente construídas sem um mínimo de infra-estrutura urbana. É instituído o Plano de Metas e Bases para a Ação de Governo e com ele o embrião do PLANASA. É prevista a minimização e a racionalização das aplicações da União, a fundo perdido; a atuação descentralizada, por meio das esferas estaduais e municipais e do setor privado; a criação de conjuntos integrados de sistemas municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e tarifação adequada. Aumentam os movimentos sociais que vão em um crescendo até a década de 80: Movimentos pela redemocratização do país, movimentos feministas, criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento pela Anistia, retomada do Movimento Sindical, Movimento Estudantil, greves, Movimentos de Professores, Movimento dos transportes Coletivos, Movimento de lutas por Creches, Criação do Movimento dos Sem terra – MST, Movimento das favelas, lutas pelo pluripartidarismo, protestos indígenas, Criação do Partido dos Trabalhadores – PT e Centrais Sindicais.
- **1975 – 1983 – ampliação dos investimentos em saneamento com grande participação de recursos do Banco Mundial para projetos urbanos.** Em 1979 é realizado o Movimento dos Transportes Coletivos. A expansão das periferias urbanas ao longo dos anos 60 dissociou completamente a relação casa-emprego, moradia-trabalho. Acontece ainda o Movimento das Favelas que inicialmente reivindica água, logo a seguir luz e melhorias generalizadas, depois projetos de reurbanização e, finalmente, a posse da terra. Em 1981 acontece um dos primeiros movimentos a desenvolver negociações com o poder público (Executivo e Legislativo) – Movimento Assembléia do Povo, deriva das grandes assembléias realizadas em praça pública. Articulado à Igreja Católica, tem por base a atuação de moradores de favelas. A principal conquista do movimento foi a obtenção do Direito Real de Uso em várias áreas de favelas, possibilitando posteriormente a reurbanização. Em meados da década de 80, o setor saneamento atravessou importantes mudanças. O PLANASA, por meio de uma macro política realizada em âmbito nacional a partir da década de 70, reuniu recursos significativos provenientes do FGTS para o investimento em abastecimento de água e esgoto. Esse plano procura responder ao crescimento da demanda por serviços de saneamento, fruto de uma política industrial e urbana que caracteriza os anos de governo militar.
- **1986 – o BNH é extinto.** A incapacidade em atender à população de mais baixa renda; o modelo centralizador e de uniformização das soluções em todo o território nacional; a desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos; a construção de grandes conjuntos habitacionais como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infra-estrutura e por fim o seu modelo financeiro que se mostrou inadequado em uma economia com processo inflacionário foram os principais motivos que levaram ao seu desaparecimento. As suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU, cuja competência abrangia as políticas, de habitação, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto a Caixa estava vinculada ao Ministério da Fazenda.
- **1987 – o MDU é transformado no MHU – Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente** que acumula, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transporte, urbanos e a incorporação da Caixa Econômica Federal.
- **1988 – em setembro cria-se o Ministério da Habitação e do Bem –Estar Social – MBES,** em cuja pasta permanece a gestão da política habitacional. Em outubro temos a nova Constituição que retoma a democracia no país. Fica conhecida como a Constituição Cidadã, pelos direitos contidos e pela abrangência em diferentes setores e propõe um novo modelo de Estado. O processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, estabelece uma redefinição de

competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo.

Por iniciativa de emenda popular são inseridos os dois artigos (182 e 183) que definem a política urbana e principalmente introduz o conceito de função social da propriedade e da cidade como o elemento que garante a supremacia dos direitos coletivos sobre o particular. Surge a idéia e movimento pela Reforma Urbana.

- **1989 – é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC)**, sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal passam a ser vinculados ao Ministério da Fazenda. O modelo institucional adotado pela SEAC privilegia a iniciativa de Estados e Municípios, deixando de estabelecer prioridades alocativas, o que permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. No entanto, a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras, a fundo perdido de recursos da União. Este quadro somado ao período de instabilidade política fez com que os governos estaduais e municipais tomassem iniciativas para o desenvolvimento de ações locais, com elevado grau de autofinanciamento, e baseadas em modelos alternativos, destacando-se entre eles os programas de urbanização e regularização de favelas e de loteamentos periféricos.
- **Década de 90 – é tempo de lutas cívicas pela cidadania** (pluriclassista com apoio e participação da classe média), ética e moral são valores enfatizados, a sociedade civil desacredita nos políticos e na política, é uma era dos direitos, direito às diferenças, cuidado para com a exclusão social, solidariedade. É uma era de atores sociais, há o crescimento das ONGs. Surge o Fórum Social Mundial – FSM como uma instância privilegiada que a sociedade organiza a fim de discutir, pensar e planejar novas formas de viver o mundo na diversidade de idéias que ele representa, porém na unidade de sonhos que se querem possíveis. Surgem as redes globais de cidadania que pensam em alternativas ao processo de globalização, unindo experiências ao redor do mundo. As mobilizações coletivas partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e têm se apresentado mais como “ Campanhas” do que como movimentos sociais, como: Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente; Movimentos Ecológicos; Movimento dos Caras – Pintadas; Movimento pela Ética na Política; Movimento Ação da Cidadania, contra a fome e pela vida, Movimento Parlamentarista.
- **1992 – ocorre a dispersão dos organismos que fomentam o PLANASA causando o seu declínio**, sem que suas metas tenham sido atingidas. São criados o PRONURB e o PROSANEAR programas que contam com recursos do FGTS e do Banco Mundial e com objetivo de implantar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em favelas e periferias urbanas, com a participação da comunidade.
- **1994 – aprovado no Congresso Nacional o PLC 199, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento** e seus instrumentos, foi vetado pelo Presidente FHC sob a justificativa de que este era contrário aos interesses públicos, sendo proposta em seu lugar a implantação do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, como medida privatista para o setor, seguindo a risca a doutrina neo-liberal determinada pela entidade financiadora do programa, o BIRD. Sanção da Lei 8987, conhecida como Lei de Concessões, segundo o qual era aberto o regime de concessões na prestação dos serviços públicos. São lançados os programas Habitar Brasil e Morar Município, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). No entanto, o montante de investimentos realizados ficou aquém das expectativas, como consequência do contingenciamento de recursos impostos pelo Plano Real.
- **1995 – é extinto o Ministério do Bem-Estar Social e a criado a Secretaria de Política Urbana (SEPURB)** no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da política Nacional de Habitação. Embora tenha mostrado, de início, intenções reformadoras, a

ação da SEPURB caracterizou-se por uma retração do setor institucional. Passa a ocorrer uma contínua redução dos quadros técnicos e uma perda da capacidade de formulação, que vai se perdendo ao longo do tempo. Mudanças não ocorrem nem mesmo com a nova alteração da Secretaria que passa a se chamar Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. As áreas da habitação e desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal. O governo federal conserva um sistema centralizado, com linhas de crédito sob seu controle, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos Estados e Municípios no setor de habitação.

- **1996 – novas diretrizes básicas são definidas para as concessões através do PLS 266**, por meio do qual se reduzem os riscos da atuação privada, tentando-se a transferência da titularidade dos serviços de saneamento dos municípios para os Estados. Este projeto sofreu forte resistência por parte de entidades da área, sendo recolhido e reformulado.
- **1997 - são suspensos empréstimos de recursos do FGTS e do Pró-Saneamento**, único programa a financiar o setor público e é aprovado, pelo Conselho Curador do FGTS, o Programa de Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento, por meio do qual concede, pela primeira vez, recursos desse fundo à iniciativa privada.
- **1999 – é firmado acordo com o FMI**, no qual o governo brasileiro compromete-se a acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização e concessão dos serviços de água e esgoto, limitando o acesso dos municípios aos recursos oficiais. Complementando tal política, o governo federal procura desenvolver programas e projetos que visam tornar as companhias públicas atraentes à iniciativa privada. O BIRD apresenta ao governo brasileiro o documento, “Regulação do setor de saneamento no Brasil. Prioridades imediatas”, centrado no princípio do ajustamento do poder concedente, potencializando o desenvolvimento da iniciativa privada. Este documento contém três opções de intervenção sobre o setor: criação de legislação limitada, restringindo-se a outorga de concessões em grandes áreas metropolitanas e municípios servidos para sistemas de distribuição integrados; adoção de uma lei complementar definido ou interpretando o significado de interesse comum; proposição de uma emenda constitucional atribuindo aos Estados o poder concedente das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. É realizada a I Conferência Nacional de Saneamento, apontando para a universalização do atendimento com serviço de qualidade prestado por operadores públicos, reconhecendo o caráter essencialmente local dos serviços e, portanto a titularidade dos municípios, desenvolvendo mecanismos de controle social e de participação popular na definição da prestação dos serviços. Destaca-se nesse momento o desejo popular de ruptura com um paradigma de saneamento antidemocrático e injusto, vivido pelo Brasil até então.
- **2001 – é promulgado o Estatuto da Cidade**, Lei Federal que regulamenta os dois artigos (182 e 183) da Constituição Brasileira que trata da política urbana. O projeto de Lei ficou por mais de dez anos em discussão no Congresso Brasileiro o que já denota a sua importância como marco legal para o desenvolvimento das cidades brasileiras.
- **2003 – Cria-se o Ministério das Cidades** que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

Mais de 3.457 cidades brasileiras, através dos atores organizados, entram em debate, através da realização de Conferências Municipais e Estaduais, até convergirem na I Conferência Nacional das Cidades, que elege o Conselho das Cidades e propõe as alterações necessárias para a legislação pertinente. Instala-se, portanto, em âmbito federal o mais amplo e democrático processo já empreendido para o debate do presente e do futuro das cidades.

- **2004 – A Secretaria Nacional de Habitação apresenta a proposta da Política Nacional de Habitação**
- **2007 – é aprovado pelo Congresso o PL 7361 de 2006, promulgado na forma da Lei 11.445 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as leis 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei 6.528, de 11 de maio de 1978; e da outras providencias. Trata-se de marco legal para o setor de saneamento, definindo a política nacional para o setor.